

VELHO, NOVO E NOVÍSSIMO: A COMUNA DE PARIS NOS ESCRITOS DE ANTONIO GRAMSCI

Sabrina Miranda Areco¹

RESUMO: Este artigo propõe uma reconstrução da abordagem de Antonio Gramsci acerca da Comuna de Paris (1871). O tema foi tratado por Gramsci a partir de duas premissas principais. Primeiro, o evento foi abordado como parte da análise da França e sua história revolucionária, não limitado portanto a um elemento episódico mas inserido em uma longa trajetória que se iniciou no século XVIII. O outro ponto de partida, ligado ao primeiro, foi considerar o terreno social histórico francês como um “laboratório” no qual se desenvolveram e foram aprimorados os mecanismos de exercício da hegemonia, no que as revoltas de 1848 e 1870 tiveram papel essencial. Dessa forma, a Comuna ajuda a refletir sobre a elaboração do conceito de hegemonia em Gramsci. O artigo reconstrói tal elaboração em Gramsci centrado-se na análise dos *Quaderni del carcere*, buscando ainda explorar os nexos entre a teoria política gramsciana e sua análise da história, em particular, da história francesa.

Palavras-chave: Antonio Gramsci. Teoria política. Hegemonia. História da França [Comuna de Paris].

THE OLD AND THE NEW: THE COMMUNE OF PARIS (1871) IN THE WRITINGS OF ANTONIO GRAMSCI

ABSTRACT: This article proposes a reconstruction of the approach of Antonio Gramsci on the Paris Commune (1871). The theme was treated by Gramsci from two main premises. First, the event was approached as part of the analysis of France and its revolutionary history, not limited therefore to an episodic element but inserted in a long trajectory that began in the eighteenth century. The other starting point, related to the first, was to consider the French social historical terrain as a "laboratory" in which the mechanisms of exercise of hegemony developed and were improved, in which the revolts of 1848 and 1870 played an essential role. In this way, the Commune helps to reflect on the elaboration of the concept of hegemony in Gramsci. The article reconstructs this elaboration in Gramsci, focusing on the analysis of the *Quaderni del carcere*, seeking to explore the links between Gramsci's political theory and its analysis of the history, in particular, of French history.

¹ Doutora em Ciência Política (UNICAMP) e professora de Ciência Política (UEMS-Amambai). Endereço eletrônico: sabrinaareco@gmail.com.

Keywords: Antonio Gramsci. Political theory. Hegemony. History of France [Paris Commune].

EL VIEJO, NUEVO Y NUEVÍSSIMO: LA COMUNA DE PARÍS (1871) EN LOS ESCRITOS DE ANTONIO GRAMSCI

RESUMEN: Este artículo propone una reconstrucción del enfoque de Antonio Gramsci acerca de la Comuna de París (1871). El tema fue tratado por Gramsci a partir de dos premisas principales. En primer lugar, el evento fue abordado como parte del análisis de Francia y su historia revolucionaria, no limitado por lo tanto a un elemento episódico pero inserto en una larga trayectoria que se inició en el siglo XVIII. El otro punto de partida, ligado al primero, fue considerar el terreno social histórico francés como un "laboratorio" en el que se desarrollaron y se perfeccionaron los mecanismos de ejercicio de la hegemonía, en el que las revueltas de 1848 y 1870 tuvieron un papel esencial. De esta forma, la Comuna ayuda a reflexionar sobre la elaboración del concepto de hegemonía en Gramsci. El artículo reconstruye tal elaboración en Gramsci centrándose en el análisis de los Quaderni del carcel, buscando aún explorar los nexos entre la teoría política gramsciana y su análisis de la historia, en particular, de la historia francesa.

Palavras Clave: Antonio Gramsci. Teoría política. Hegemonía. Historia de Francia [Comuna de París].

1 Introdução²

As considerações de Gramsci sobre a Comuna de Paris (1871) devem ser entendidas como continuidade dos acontecimentos que assinalaram o fim do absolutismo na França. Isso porque o marxista italiano estabeleceu um contínuo histórico entre 1789 e a Comuna, de modo que deste quadro amplo extraem-se as considerações mais importantes de Gramsci sobre o levante de Paris de 1871. Assim, este artigo propõe analisar as formulações de Gramsci sobre o período que se inicia em 1789 e encerra-se com a Comuna (1871), entendendo também a relação que tal período estabelece com a política contemporânea. A França, neste longo processo que envolveu mais de um século, foi pensado por Gramsci como um grande "campo de experimentação" de instituições da modernidade política, como o sufrágio universal, a organização das forças sociais em partidos e os movimentos políticos, a república e o parlamentarismo, entre outros. A política do país - e também a filosofia - aparecia, desde os primeiros escritos, dotada de interesse para Gramsci. Desde a reflexão acerca dos intelectuais, o Iluminismo e a Revolução de 1789 passando pela análise da III República francesa (1870-1940) e o conservadorismo dos católicos da Ação Francesa de

² Versão revisada e ampliada de artigo apresentado em evento.

Charles Maurras: todos estes temas aparecem nos textos de Gramsci, servindo como um contraponto ou referência capaz de servir como contra-exemplo, eficaz para iluminar, por sua distinção ou excepcionalidade, a análise da Itália ou dos demais estados que não passaram por uma mudança radical “do tipo francês” (GERVASONI, 1998).

Alguns apontamentos teórico-metodológicos iniciais são importantes para esclarecer tanto a metodologia quanto as fontes deste artigo. Utiliza-se a edição crítica, mas para evidenciar as consequências metodológicas da utilização dessa edição é preciso antes tratar, ainda que sucintamente, da trajetória editorial dos escritos de Gramsci. Os textos do cárcere foram redigidos em parágrafos, sendo alguns reescritos e reorganizados em cadernos especiais. Além desses cadernos, existem os chamados cadernos miscelâneos, que são compostos por parágrafos não reescritos ou reagrupados. Na totalidade, esses escritos compõem trinta e três cadernos. Na organização dos textos para as primeiras publicações dos cadernos, os parágrafos foram agrupados de acordo com uma lógica rigorosamente disciplinar, construída em função de uma unidade atribuída de modo exógeno³. A edição crítica superou essa publicação temática ao apresentar os escritos de vinte e nove cadernos de modo cronológico, inserindo inclusive trechos reescritos em suas diferentes versões, o que não era feito nas edições organizadas por tema. A cronologia da redação dos parágrafos foi estabelecida por Francioni (1984).

A ausência de uma redação expositiva expressa o caráter fragmentário e incompleto da obra, apesar de dotada de grande coerência interna. A fragmentariedade e a incompletude apresentam uma possibilidade bastante interessante: acompanhar o ritmo do desenvolvimento do pensamento do autor. Como os atuais estudos têm apontado (entre eles BIANCHI, 2008; BARATTA, 2004), é importante para se aproximar do marxista italiano buscar recuperar o ritmo de sua produção. Isso significa reconhecer que as notas foram redigidas sobre uma lógica de temporalidade circular. Ou seja, os textos foram retomados, reescritos, desenvolvidos em pontos que em versões anteriores são apenas acenadas, em um procedimento que algumas vezes não desenvolve, nem estilisticamente nem conceitualmente, as versões iniciais. O movimento das ideias nos *Quaderni* dá aos intérpretes de Gramsci grande responsabilidade, já que cada aproximação é novo esforço de reconstrução.

³ No Brasil, o acesso à Gramsci deu-se inicialmente pela tradução destas edições organizadas por temas. Os *Quaderni* foram dispostos nas publicações: *Il materialismo storico e la filosofia di Benedetto Croce* (1948), *Gli intellettuali e l'organizzazione della cultura* (1949), *Il Risorgimento* (1949), *Note sul Macchiavelli, sulla politica e sullo Stato moderno* (1949), *Letteratura e vita nazionale* (1950) e *Passato e presente* (1951).

Este artigo ensaia, assim, uma reconstrução do pensamento de Gramsci com ênfase na explicitação do desenvolvimento do pensamento do autor. A questão central é pensar como ele explorou o tema da Comuna de Paris (1871) e como ponto de partida assumimos que a Comuna, para Gramsci, é parte do processo de lutas políticas que perpassaram a França no século XVIII e XIX e que serviu de “laboratório” para a política moderna, como já assinalado. Ao fim do processo, esse experimento deu origem a forma “mais desenvolvida” de hegemonia da classe dominante, ao mesmo tempo em que emerge a potencialidade do novíssimo: a atuação organizada do proletariado, expressa de forma incisiva, na Comuna de Paris. Assim, o artigo também procura pensar sobre o conceito de hegemonia e o papel da história da França nesta elaboração teórica, que é uma das grandes contribuições do marxista ao pensamento e teoria política do século XX.

2 A França histórica: história e política

Como forma de abordagem da história Gramsci observou o que denominou de cânones. Esses cânones foram elaborados a partir do Prefácio de 1859 da *Contribuição à Crítica da Economia Política* (MARX, s./d. [1859]). Citado nos *Quaderni* em diferentes momentos, foi articulado por Gramsci na análise da revolução burguesa na França.

O trecho ao qual ele se refere é o seguinte:

Nenhuma formação social desaparece antes que se desenvolvam todas as forças produtivas que ela contém, e jamais aparecem relações de produção novas e mais altas antes do amadurecimento no seio da própria sociedade antiga as condições materiais para a sua existência. Por isso, a humanidade se propõe sempre apenas objetivos que pode alcançar, pois, bem vistas as coisas, vemos sempre que esses objetivos só brotam quando já existem, ou, pelo menos, estão em gestação as condições materiais para sua existência (MARX, s./d.[1859], p.302).

Cabe apontar que as referências ao trecho não são feitas na medida exata da redação de Marx, como no que segue:

É preciso mover-se no âmbito de dois princípios: 1) o de que nenhuma sociedade assume encargos para cuja solução ainda não existam as condições necessárias e suficientes, ou que pelo menos não estejam em vias de aparecer e se desenvolver; 2) o de que nenhuma sociedade se dissolve e pode ser substituída antes de desenvolver e completar todas as formas de vida implícitas nas suas (Q 13, § 17, p. 1579).

O excerto acima demonstra que a expressão “forças produtivas” não é retomada por Gramsci, que prefere falar de “condições necessárias e suficientes”. Por meio dessas interpretações do texto de Marx desvela-se uma leitura peculiar, como notaram Badaloni (1987) e Mancina (1980). A principal importância desses cânones é a pertinência para pensar

como nascem os movimentos históricos e políticos e como eles se relacionam com a estrutura econômica de uma sociedade. Para Gramsci, o movimento histórico é composto por diversos momentos, podendo ser mais ou menos determinado pelas mudanças na base econômica. Considerando os diferentes momentos da política, Gramsci pontuou: 1) a necessidade de se estabelecer a distinção entre o ocasional passageiro, daquilo que é permanente ou orgânico na política; 2) embora distintos, os dois momentos do movimento têm uma relação dialética, que deve ser estabelecida com propriedade. A distinção do orgânico remete à estrutura; enquanto o movimento ocasional situa-se na superestrutura e estabelece com a estrutura uma dialética. São partes que compõem um todo orgânico, embora passíveis de serem distinguidas metodologicamente. O primeiro dá ensejo à crítica política; e o segundo à crítica histórico-social (Q 13, § 17, p. 1579).

A identificação rigorosa dos acontecimentos quase acidentais e o desvelamento da relação dialética entre a superestrutura e a estrutura é um procedimento metodológico que possibilita a sólida análise da realidade concreta e deve fundamentar a atividade política. A atuação dos grupos sociais diante dos campos de forças abertos ou delineados pelas contradições na estrutura ganham uma envergadura na análise de Gramsci, por considerar que a história concreta como composta por diferentes processos moleculares, em que as vontades e capacidades operaram na passagem de um momento ao outro (Q 13, § 17, p. 1578).

Portanto, pretende-se destacar que o esforço de atualização do marxismo empreitado por Gramsci nos Cadernos recorreu à valorização dos clássicos marxistas e diálogo e assimilação crítica de vertentes exógenas (BADALONI,1987), mas também ao estudo da história concreta. A presença da história da França e da Itália são suficientes para demonstrar essa afirmação.

Na medida em que, para ele, a Revolução Francesa é parte do processo de reforma intelectual e moral que foi dialeticamente superado pela filosofia da práxis, abordar a França significaria também lidar com a modernidade e com os fundamentos da filosofia da práxis. A Revolução Francesa construiu o terreno histórico e cultural que desenvolveu sua própria negação. No campo da política, a negação dá-se pela força das classes subalternas. No espectro intelectual, a filosofia Iluminista e liberal foram superadas pela filosofia da práxis. Como apontou Gramsci, em *Due aspetti del marxismo*:

Renascimento - Reforma - Filosofia alemã - Revolução Francesa - laicismo [liberalismo] - historicismo - filosofia moderna. O materialismo histórico é o coroamento de todo esse movimento de reforma intelectual e moral, na sua dialética cultura popular - alta cultura (Q 4, § 3 p. 423-424).

A política francesa foi utilizada como um quadro referencial, mas vinculado à experiência do passado, a partir do qual Gramsci tanto explicita quanto desenvolve suas formulações conceituais e configura um ponto de apoio empírico, ao qual retorna ao analisar diferentes realidades nacionais e momentos históricos diversos⁴.

A presença da história da França, sobretudo do período revolucionário, por meio desse procedimento, permitiu a Gramsci aproximar-se de um terreno que para ele era fundamental: a política em um momento de transição (MANCINA, 1980, p. 54).

2 O longo processo revolucionário

Na nota *Analisi delle situazioni: rapporti di forza* Gramsci afirmou que a história francesa permite demonstrar a capacidade do momento político imediato de influenciar e desviar os processos históricos. Isso poderia ser explicitado se tomado o período de 1789 a 1870/71 (Q13, § 17). A Revolução de 1789, o Terror Jacobino de 1794, o Termidor de 1799, o Império Napoleônico em 1804, a queda de Napoleão em 1814, a Revolução de 1830, a revolução social de 1848 e, finalmente 1871, com a derrota da Comuna de Paris e a instauração da III República, o poder político da burguesia foi de fato conquistado de modo estável. Esses momentos formam ondas ou ciclos oscilantes que ocorrem durante o processo que culmina na hegemonia (Q13, § 17, p. 1582).

Essa definição temporal do processo revolucionário francês⁵ demonstra como, a partir de momentos imediatamente políticos, Gramsci passou à formulação conceitual através da união dos momentos em blocos, considerando-os complementares. O estudo desses momentos permite “[...] reconstruir as relações entre estrutura e superestrutura por um lado, e por outro o desenvolvimento do movimento orgânico e o movimento de conjuntura da estrutura” (Q13, § 17, p. 1582).

⁴ Na análise dos EUA, Gramsci (Q 22, § 1, p. 2139) questiona se o americanismo poderia constituir em uma “época histórica”, isto é, se pode determinar um desenvolvimento gradual do tipo, noutra parte examinado, das “revoluções passivas” próprias do século passado, ou se, pelo contrário, representa apenas a acumulação molecular de elementos destinados a produzir uma “explosão”, isto é, uma revolução de tipo francês”. A França é paradigma também para a análise do *Risorgimento*. Como revolução nacional, introduziu na Europa uma turbulência que na Itália ganhou um caráter artificial: não era orgânica, quer dizer, não dialogava com a corrente cultural italiana e nem compreendia sua linguagem nacional. Na Itália, o nacionalismo era “imitação desordenada”, que não soube traduzir a experiência política francesa para a Itália. Gramsci compara o Partido da Ação com os jacobinos, sendo que os primeiros foram incapazes de se apresentarem como representantes do próprio movimento histórico, ou seja, não se identificaram como revolucionários, o que os afasta da estratégia política jacobina (Q 7, § 81, p. 913).

⁵ Sobre as divergências na determinação das fases que compõem a Revolução Francesa, Gramsci cita as periodizações de Salvemini (1925) e Mathiez (1985).

Assim, o período entre 1789–1870/71 forma um bloco, composto por ciclos, que se encerra apenas com o início da I Guerra Mundial (1914). Como desenvolvimento das ações dos jacobinos de 1789 até o período do Termidor, os acontecimentos de 1848 na França são resultantes de um período histórico em que a sociedade encontrava-se em estado de fluidez caracterizado por pouco desenvolvimento das organizações sociais de massa, pouca presença estatal nas pequenas cidades e maior autonomia da sociedade civil. É uma época de revolução social, ou seja, de revolução permanente (Q 13, § 17, p. 1582)⁶.

Diante de uma situação potencialmente revolucionária, a ruptura do equilíbrio ocorre através da atuação de vontade humana, ou seja, pela organização e prática política. Daí a importância que Gramsci delega à análise do jacobinismo. Nesse sentido, o jacobinismo como conceito é entendido como organização e ação concreta da vontade coletiva como criação nova, original, que expressou a consciência da necessidade histórica (Q 20, § 24, p. 2028).

A partir de 1870/1871 verifica-se na França uma mudança em sua organização interna e internacional, passando a uma situação em que a formulação teórica de revolução permanente é superada pela ideia de hegemonia civil. Nessa nova configuração, a técnica política é completamente modificada com a expansão do parlamentarismo, do sindicalismo e dos partidos; amplia-se a burocracia, com a organização do Estado e dos meios privados para defender o domínio político e econômico das classes dirigentes (Q 13, § 17, p. 1582; § 7, p. 1566; § 27, p. 1620), em outros termos, ocorre uma modificação na *forma* do Estado.

A III República assim foi capaz de integrar a massa, de forma imperfeita, mas absorvente. Os partidos socialistas reformistas contribuíram com essa integração. Tais componentes convergem para a hegemonia da burguesia, que equilibra consenso e força – de modo que o primeiro sempre pareça prevalecer. Portanto, a partir de 1870/1871, com a mudança na configuração do Estado na França, encerra-se o período de revoluções permanentes, que é substituído pela hegemonia civil⁷.

Com o parlamentarismo que antecede Napoleão III, há o desenvolvimento dos grupos políticos e da forma do Estado com sua ampliação; enquanto 1870/1871 definitivamente representou o domínio parlamentar burguês amadurecido pelo exercício político anterior. Entende-se que a insurgência de Paris foi determinante para que Gramsci estabelecesse como marco de transição 1871. Isso porque, conforme argumentamos adiante, o proletariado impôs

⁶ A ideia de revolução permanente foi apropriada a partir d'A *Sagrada Família*, de Marx e Engels (2003).

⁷ Gramsci cita Vincenzo Cuoco e sua definição de revolução passiva; que entende corresponder ao conceito revolução - restauração do historiador francês Edgard Quinet. Ambos foram lidos a partir da leitura de Croce em *La rivoluzione napoletana del 1799* (BIANCHI, 2008).

uma ação política ao oponente que definiu os contornos da política e da mudança da forma estatal.

Como apontou Losurdo (1998), a revolução passiva indica a capacidade de iniciativa da burguesia em um momento em que já deixou de ser revolucionária, embora ainda consiga realizar mudanças sociais de cima para baixo. Quer dizer, a revolução passiva demonstraria a possibilidade de reação e de iniciativa da burguesia diante de crises econômicas e sociais⁸. Por esse motivo a revolução passiva diferencia-se da “decadência ideológica” da burguesia em Marx e Engels, tal como eles identificaram nos eventos de 1848. A decadência designaria o caráter reacionário da burguesia, e sua associação com os monarquistas diante dos riscos da classe proletária e da própria crise econômica. Gramsci, por sua vez, percebeu que a classe dominante tinha capacidade de realizar mudanças dentro da ordem e, portanto, pode ser inovadora no que diz respeito à economia, política e também na cultura. A questão, no entanto, é que tanto 1848 como 1871 promoveram mudanças no âmbito do Estado “forçadas” pelas iniciativas populares.

Com a configuração política construída no final do século XIX tanto na França como no quadro dos demais países capitalistas, como situar o Estado francês na construção teórico-prático de Gramsci? Gramsci continuou a ver na França a forma mais completa de hegemonia burguesa e paradigma de modernidade política. O Estado francês possibilitou ao marxista deter-se em uma situação em que a hegemonia tem seu “exercício normal” ou clássico, ou seja, a hegemonia exercida em regime parlamentar.

Com a III República francesa, a burguesia havia criado instituições capazes de proporcionar continuidade de seu poder, embora isso ocorra de modo aparentemente instável. E com o parlamentarismo, o Estado realizava a seleção - imperfeita, mas ativa - da elite da classe dirigente, por meio da multiplicidade de partidos (cf. Q 13, especialmente § 7).

Importante observar, buscando estabelecer em que lugar no debate historiográfico e político sobre a Comuna Gramsci pode ser inserido, que entender uma continuidade entre a Revolução Francesa e a Comuna para o autor italiano não significa compreender que ambas têm conteúdo similar ou mesmo que os acontecimentos políticos de Paris tem como limite as reivindicações jacobinas.

⁸ A capacidade de reação a crises econômicas é verificada historicamente por Gramsci também nos EUA dos anos de 1920. O americanismo e fordismo são, para o italiano, ações conscientes da burguesia diante da lei tendencial da queda da taxa de lucro. Quer dizer, mesmo no campo mais estrito das forças produtivas, em que Gramsci apontou ser possível realizar a previsão com objetividade similar a das ciências naturais, ainda é preciso contar com a iniciativa da burguesia. Sobre as análises de Gramsci sobre os EUA (cf. Q 22, p. 2137-2182).

Na década de 1960 despontou na historiografia uma revisão sobre o caráter de classe da Comuna de Paris. Para Jacques Roguerie, o levante de 1871 foi um episódio do processo revolucionário burguês que se estendeu durante o século XVIII e XIX. A Comuna teria ambição republicana democrática e não teria sido um levante proletário⁹. Não seria demais frisar que Gramsci, embora localize temporalmente a Comuna no limite do período de consolidação burguesa, segue as considerações de Marx – expressas principalmente em *Guerra civil na França* – e identifica o caráter proletário dos eventos de março de 1871. Isso significa dizer que, de acordo com Gramsci, as contradições entre as classes e frações de classes, com participação política desde aquele momento do proletariado, foram amadurecidas no bloco histórico de 1789 – 1870/71.

Pode-se falar, então, da atuação proletariado no contexto da Comuna em uma direção diferente da proposta republicana. Em 1871, a massa havia percebido as limitações do sufrágio universal e se voltou contra a república (Q. 13, § 37, p. 1647). O período revolucionário da França permitiu a Gramsci abordar e operacionalizar um conjunto de conceitos que consubstanciam sua teoria sobre a revolução. Considerando o percurso de quase um século, ofereceu ao autor elementos que ajudavam-no a elaborar uma distinção entre revolução de tipo clássico (revolução permanente) e a revolução passiva (revolução sem revolução). E após 1871, e com a emergência e massacre da Comuna, demarca-se a passagem para a revolução passiva como cânone de interpretação válido para o Estado e da sociedade civil que emergem.

A Comuna, como os acontecimentos de 1848, colocou em destaque na cena o elemento proletário, inserido nas disputas entre o velho e o novo, ou seja, entre os resquícios feudais e a burguesia.

Assim,

[...] não só a nova classe luta para poder vender os representantes da velha sociedade que não quer se confessar decididamente superada, mas para vencer também os grupos novíssimos que afirmam já superada a nova estrutura surgida das transformações iniciadas em 1789 e demonstrar assim sua vitalidade no confronto com o velho e com o novíssimo (Q 13, § 17, p. 1581-1582).

3 A Comuna: novíssimo em cena

A queda de Napoleão III e a instauração da república em setembro de 1870, com a consequente eleição para a Assembleia Nacional, delinearão o cenário que antecedeu aos acontecimentos de março de 1871. Em resposta à capitulação do Exército francês diante da

⁹ Sobre esse debate historiográfico e político, ver *A Comuna de Paris na história* (WILLARD et al, 2001).

tropa prussiana, questão eminentemente nacionalista, e em oposição à Assembleia eleita, composta majoritariamente por monarquistas, a Comuna eclodiu depois da tentativa de desarmamento da Guarda Nacional e de Paris. No entanto, a Guarda Nacional como parte do povo, formada pelo povo e colocou-se do lado dos insurgentes de Paris (MARX, s./d.).

Em um processo que se inicia ainda com a monarquia e que tem seus resquícios feudais “varridos” pela revolução burguesa, o Estado ajusta-se às mudanças econômicas e com o desenvolvimento da indústria moderna ampliando também seu papel de classe diante da relação capital/trabalho. Quer dizer, superadas as disputas entre as frações burguesas e os resquícios monárquicos, o Estado pode então exercer seu traço mais repressivo em relação ao trabalho na disputa com o capital (MARX, s./d.).

Embora tenha sido um evento episódico, a Comuna está nos interstícios entre o moderno e o nascimento da época contemporânea na política. A permanência e reafirmação no decorrer dos *Quaderni* da ideia de bloco histórico (1789-1870/1871), portanto, não significa considerar que os elementos desse momento histórico foram totalmente superados na política do século XX. Pelo contrário, a herança do período, como as disputas entre republicanos e os elementos monárquicos, persistem como força política, ainda que marcadas por um forte anacronismo. Os segundos organizaram-se, no século XX, na Ação Francesa, enquanto os republicanos aperfeiçoam-se no parlamento (Q 13, § 17). Isto é: a III República, antes da Primeira Guerra, delinea o que irá se verificar em parte do século XX. A Ação Francesa, discutida em uma nota do *Quaderno* 13, representaria o confronto entre os elementos herdados desde 1789 e a política contemporânea. Movimentos políticos como o Caso Dreyfus e o boulangismo, permitem ao marxista retomar sua análise das relações de forças, em sua composição instável de forças em disputa (GERVASONI, 1998).

No entanto, como observa Gervazoni (1998), embora o período 1789–1870/1871 esteja relacionado com a política contemporânea, para Gramsci é apenas depois da I Guerra que a idade política contemporânea começa realmente. O período entre o massacre da Comuna e o início da Primeira Guerra é considerada uma fase de transição.

Nas notas sobre a vida nacional francesa, Gramsci aborda como a Comuna repercutiu nas relações políticas no cenário francês. Insiste principalmente na fragmentação dos grupos políticos e, mais especificamente, a cisão dos republicanos democráticos com os socialistas e com o novo contorno na relação entre Paris e o restante da França (Q 13, § 17).

Até o século XIX, Paris representava o radicalismo democrático legado da Revolução de 1789 e, através de seu bloco urbano, orientava as ações das províncias sob o sufrágio

eleitoral. Após o sufrágio universal de 1848 e a subsequente ascensão de Napoleão III, os limites do republicanismo são evidenciados pelos grupos políticos que participam da Comuna. Paris deu, assim, um grande passo à frente porque se rebelou contra a Assembleia Nacional de Versalhes, formada por sufrágio universal, isto, é implicitamente "entendeu que entre 'progresso' e o sufrágio pode haver conflito" (Q 1, § 131, p. 114).

A Comuna como atuação política que percebe a contradição entre "progresso" e sufrágio é discutida por Gramsci já no *Primo Quaderno*, redigido entre 1929 e 1930. Essa concepção sobre a Comuna é retomada Quaderno 13, escrito entre 1932-1934. Na nota do *Quaderno 13*, Gramsci insiste como a experiência de Paris demarca o fim da hegemonia política e democrática parisiense em relação às províncias. Isso decorreria: 1) da expansão capitalismo urbano para além da Paris, que difundiu também o socialismo; 2) do fim da unidade revolucionária da capital francesa, agora cindida em grupos e partidos políticos (Q13, § 37, p. 1647). O massacre ocorrido em 1871 impediu o desenvolvimento "normal" do movimento proletário francês.

O levante de Paris e a presença política do trabalhador, portanto, além da importância histórica para o proletariado, coloca-se como elemento assimilado - negativo - pela estratégia da burguesia.

4 Considerações finais

A Comuna, nos escritos de Gramsci, pode ser entendida apenas se a considerarmos no quadro amplo da Revolução Francesa. É articulada com esse quadro, que transcorre o período entre 1789 e 1870/18971, que o evento de 1871 aparece com frequência nas notas do cárcere. Abordando o período de quase um século, ele articulou um conjunto de conceitos que visam analisar uma situação em que as relações de forças são capazes de interferir no desenvolvimento histórico. Há todo um esforço de se construir uma autonomia no tratamento da política, como também em elaborar elementos que permitem pensar acerca do "peso" das conjunturas e de dinâmicas localizadas articuladas em um leitura histórica de longo alcance.

Tais eventos podem também serem lidos como componentes da política do século XX. Seja porque os partidos e grupos daquele contexto faziam-se representar na cena política francesa, não como organismo "vivos" mas como resquícios do velho passado (como os monarquistas clericais e a Ação francesa de Charles Maurras); ou pela continuidade das instituições forjadas naquele contexto.

A história da França e de seus episódios revolucionários e de reação são elementos fundamentais para se compreender a teoria política gramsciana e, mais especificamente, sua discussão acerca do Estado. A França daquele período é tratada como um “laboratório”, onde se experimentam políticas que constroem o consenso - como a expansão do sufrágio, a configuração dos partidos, a formulação de demandas pelas classes e as tentativas de representação de tais demandas, etc -, que acabaram por dar uma configuração renovada ao Estado. Longe de episódico, portanto, a Comuna de Paris é um acontecimento da maior importância para o marxista, empenhado em elaborar uma abordagem da política capaz de revelar as dinâmicas de construção de consenso, ligada às estratégias de hegemonia, assim como a fagulhas transformadoras expressas pela Comuna de Paris - violentamente massacradas pelas forças da ordem.

5 Referências

BADALONI, Nicola. Gramsci e a filosofia da práxis como previsão. In: HOBBSAWM, Eric (Org.). **História do marxismo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987, p. 13-128.

BARATTA, Giorgio. **As rosas e os Cadernos**: o pensamento dialógico de Antonio Gramsci. Rio de Janeiro: DP & A, 2004.

BIANCHI, Álvaro. **O laboratório de Gramsci**: filosofia, história e política. São Paulo: Alameda, 2008.

FRANCIONI, Gianni. **L’Officina gramsciana**: ipotesi sulla struttura dei “Quaderni del carcere”. Napolis: Bibliopolis, 1984.

GERVASONI, Marco. **Antonio Gramsci e la Francia**: dal mito della modernità alla “scienza della politica”. Milano: Edizioni Unicopli, 1998.

GRAMSCI, Antonio. **Quaderni del carcere**. Edizione critica dell’Istituto Gramsci. A cura di Valentino Gerratana. Turim: Giulio Einaudi, 1977.

LOSURDO, Domenico. Gramsci e a revolução. **Tempo**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 5, pp. 45-73, 1998.

MANCINA, Claudia. Rapporti di forza e previsione. Il gioco della storia secondo Gramsci. **Critica marxista**, Roma, n. 5, 1980, p. 41-54.

MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. **Obras escolhidas**. São Paulo: Alfa Ômega, s.d., v. 1.

MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. **Obras escolhidas**. São Paulo: Alfa Ômega, s.d., v. 2.

MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. **A sagrada família ou, crítica da crítica crítica contra Bruno Bauer e consortes**. São Paulo: Boitempo, 2003.

MATHIEZ, Albert. **La révolution française**. Paris: Denoël, 1985. 3 v.

PORTANTIERO, Juan Carlos. Gramsci y el analisis de coyuntura (algunas notas). **Revista Mexicana de Sociología**, México, v. 41, n. 1, jan.-mar, pp. 59-73, 1979.

QUINET, Edgar. **La Révolution**. Paris: Belin, 2000.

SALVEMINI, Gaetano. **La rivoluzione francese (1788-1792)**. 5. ed. Firenze: La voce, 1925.

WILLARD, Claude. História e vigência da Comuna de Paris. In: BOITO Jr, Armando (org.). **A Comuna de Paris na História**. São Paulo: Xamã, p. 15-28, 2001.

Recebido em fevereiro de 2018

Aprovado em junho de 2018